

CAROLINA MARIA DE JESUS: O CAMINHO ENTRE A POBREZA E A SAÚDE MENTAL DE MULHERES PRETAS

CAROLINA MARIA DE JESUS: THE PATH BETWEEN POVERTY AND MENTAL HEALTH OF BLACK WOMEN

Juliana Machado da Silva¹

Paulina Marchi²

Gustavo Angeli³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar os efeitos da pobreza na saúde mental de mulheres pretas e refletir sobre os mecanismos sociais que contribuem para sua marginalização. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, que realiza uma análise das vivências de Carolina Maria de Jesus e das problemáticas citadas nos seus diários, especialmente na obra Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada (2014). Por meio dessa obra, é possível identificar como as condições precárias de vida influenciam negativamente a saúde mental das mulheres pretas, condições essas que são frequentemente agravadas pela falta de acesso a serviços de saúde adequados, educação de qualidade e oportunidades econômicas justas. Ressalta-se que, neste artigo, o termo “preta” é utilizado como sinônimo de “negra”, englobando também mulheres pardas, compreendendo que ambas sofrem os efeitos do racismo estrutural, e a classificação “parda” muitas vezes representa uma tentativa de embranquecimento. Portanto, esta pesquisa busca não apenas destacar as dificuldades enfrentadas por mulheres pretas em situação de pobreza, mas também provocar uma reflexão crítica sobre as políticas públicas, buscando a inclusão social, econômica e psicológica necessárias para a redução desse problema e o reconhecimento dos direitos de todas as mulheres pretas.

Palavras-chave: racismo; saúde mental; pobreza.

ABSTRACT: The present article aims to analyze the effects of poverty on the mental health of Black women and to reflect on the social mechanisms that contribute to their marginalization. It is a bibliographical study that analyzes the experiences of Carolina Maria de Jesus and the issues mentioned in her diaries, especially in the work Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada (2014). Based on this work, it is possible to identify how precarious living conditions negatively influence the mental health of Black women. The existing conditions are exacerbated frequently due to a lack of access to healthcare services, as well as inadequate educational resources and limited economic opportunities. It is worth noting that, in this article, we used the term “preta” (black) as a synonym for “negra” (black), also encompassing brown women, understanding that both suffer the effects of structural racism, and that the classification “brown” often an attempt at whitening.

¹ Graduanda do curso de Psicologia – UNIFE. E-mail: juliana.machado@unife.edu.br.

² Graduanda do curso de Psicologia – UNIFE. E-mail: paulina.marchi@unife.edu.br.

³ Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do curso de Psicologia – UNIFE. E-mail: gustavooangeli@gmail.com.

Thus, this research aims not only to highlight the challenges faced by Black women in situations of poverty but also to provoke a critical reflection on public policies, seeking the social, economic, and psychological inclusion necessary to address this issue and recognize the rights of all Black women.

Keywords: racism; mental health; poverty.

1 INTRODUÇÃO

Carolina Maria de Jesus é descrita como a “Voz da Favela”, a sua personagem representa a dor das pessoas que vivem à margem da sociedade. A sua vida é descrita em diários que elaborou durante a sua vida, as suas obras contam sobre os detalhes reais da favela e a sua angústia do dia a dia (Gonçalves, 2014). A escritora apresenta as suas vivências na Favela do Canindé, as suas escritas demonstram diversos momentos temporais, utilizando a palavra como instrumento de voz e de denúncia acerca das injustiças que viveu (Mitsuuchi, 2018).

Carolina nasceu no estado de Minas Gerais, aprendeu a ler cursando até o segundo ano do fundamental, trabalhou como doméstica até a reforma urbana brasileira. Depois disso, mudou-se para a favela do Canindé (às margens do rio Tietê) e exerceu o trabalho de catadora de papel (Gonçalves, 2014).

Carolina escreveu o seu primeiro livro: Quarto de despejo (2014). Além disso, escreveu: Casa de alvenaria (1961) e Diário de Bitita (1982). Apesar da popularidade dos seus livros, Carolina enfrentava grandes adversidades, principalmente por romper com a estrutura da cultura dominante branca, letrada e elitizada. Ela abre um espaço para o pobre, marginalizado e semialfabetizado para o lugar literário de sujeitos do discurso (Mitsuuchi, 2018). Através disso, o Brasil era contado, agora, por uma mulher, preta, favelada e pobre (Gonçalves, 2014).

A pobreza é um fenômeno presente na vida dos brasileiros e acarreta negativamente na qualidade de vida dos mesmos, relacionando-se principalmente à saúde mental. Essa problemática agrava-se, primordialmente, quando estabelece o público: mulher preta, mãe solo e moradora de favela, como a escritora Carolina.

Visto isso, pode-se destacar que a desigualdade transcende a simples falta de recursos financeiros, abrangendo privações sociais, culturais e emocionais que perpetuam ciclos de exclusão e marginalização (Yazbek, 2012 *apud* Ammann, 2014).

Sendo assim, a mulher preta da sociedade brasileira está mais suscetível a possuir problemas em relação à sua saúde mental, primordialmente quando intercalada às situações de pobreza, bem como outros preconceitos e estereótipos, que negligenciam ainda mais os seus sofrimentos. A escritora traz consigo essa dor, uma dor que transborda nas suas escritas diárias e faz com que Carolina se torne a voz desse público.

Ao longo do presente artigo, por meio de pesquisa bibliográfica, aborda-se como o estigma social associado à pobreza, conforme destacado por Moura Jr. e Sarriera (2016), não apenas limita o acesso das mulheres pretas a recursos essenciais, mas também prejudica a sua autoestima e bem-estar emocional. Além disso, será debatido como valores culturais e estereótipos da pobreza perpetuam a exclusão social dessas mulheres, o que impacta negativamente a sua saúde mental. Assim, o artigo objetiva analisar os efeitos da pobreza na saúde mental de mulheres pretas e refletir sobre os mecanismos sociais que contribuem para sua marginalização.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A VOZ DA FAVELA

“[...] eu sou poetisa”. É isso que descreve Carolina Maria de Jesus no seu livro Quarto de despejo. Diário de uma favelada (2014, n.p.). Carolina, além de poetisa, foi uma escritora, mulher preta, moradora da favela do Canindé, semialfabetizada, que descreve os seus desejos, amores, abusos, opressões, violências e sonhos em livros que hoje estão publicados.

Após a publicação do livro Quarto de Despejo, em 1960, a escritora ficou popularmente conhecida. Com uma grande força do marketing, chegou a viajar para outros países e as suas obras foram traduzidas em outras línguas. Entretanto, Carolina enfrentava uma grande barreira social, a qual o gênero, classe e raça compõem como um fator que impede a mulher preta e favelada de falar (Mitsuuchi, 2018).

Neste sentido, a glória da obra foi ofuscada pela burguesia no tratamento crítico-literário e historiográfico. A estranheza da sociedade sobre a escritora é mútua, pois de um lado estão os favelados que nunca tinham visto algo semelhante, e do outro, a elite letrada que não a aceita porque Carolina representa tudo o que não deveria ser: mulher, negra e marginalizada, legitimou-se por meio da escrita da sua realidade e pela transição para um patamar elevado de vida (Mitsuuchi, 2018, p. 275).

Carolina é uma mulher que rompe diversos paradigmas sociais, atravessando relações de raça, gênero e classe social (Galvão, 2017). A escritora demonstra a dor das pessoas que passam pela situação de pobreza, isso a inclui. Além disso, obtém um caráter crítico diante da política brasileira, a qual se verifica a sua instabilidade e deficiências (Jesus, 2014).

[...] Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (Jesus, 2014, n.p.).

Gonçalves (2014) descreve a escritora como “a voz da favela”, pois Carolina escreve toda a dor das pessoas moradoras de comunidades. Carolina cata papéis em lixeiras e no mesmo lixo encontra os cadernos, os quais se tornam os seus diários. Em 1955, inicia a escrita do seu “estranho diário”, relata as suas reflexões, seus sofrimentos, sua ira e a forma da sua angústia com o social através da escrita.

Em 1958, conheceu o jovem jornalista Audálio Dantas, que realizou uma reportagem sobre a vida de Carolina. Em 1960, Audálio compila os seus diários e Carolina publica o seu primeiro livro. Quarto de despejo (2014) torna-se um sucesso. Carolina ganhou popularidade no Brasil e no exterior no início do ano de 1960. Entretanto, com o advento da Ditadura Militar Brasileira de 1964, o seu sonho é interrompido. Assim sendo, Carolina sai da favela e compra uma casa de alvenaria, gasta todo o seu dinheiro e, por causa disso, considera voltar para a atividade de catadora (Gonçalves, 2014).

Por fim, Carolina vende a casa e compra um sítio, vive assim numa pequena propriedade rural. Depois do seu primeiro livro, lança mais dois livros autobiográficos: Casa de alvenaria (1961) e Diário de Bitita (1982). Ademais, escreve peças de radionovela, romances, provérbios e poesias (Gonçalves, 2014).

Carolina faleceu no dia 13 de fevereiro de 1977, aos 63 anos, por uma crise de asma. O seu falecimento acontece no anonimato e em condições de pobreza, ele é marcado pela tragédia pessoal com um reconhecimento passageiro. Mitsuchi (2018) compara essa situação a um “produto gasto” na perspectiva mercadológica, assim como outros autores pretos brasileiros, a saber: Lima Barreto e Cruz e Souza não possuíam mais “utilidade”.

A vida de Carolina, após o sucesso do primeiro livro, passou a ser reportada em poucas reportagens com teores ofensivos e reforçam a imagem de Carolina como uma escritora fracassada. A uma sociedade cega para os oprimidos, a história de Carolina perde o seu devido reconhecimento. Mitsuchi (2018) escreve sobre isso:

[...] O que aconteceu com toda a admiração por uma mulher negra, favelada e pobre que relatou as dificuldades em viver à margem da sociedade? Será que a elite teve medo de decair sobre as críticas ao seu poder e descaso social com os menos favorecidos? Mas, aliás, por que Carolina Maria de Jesus nos é de tanta importância, se ela morreu anônima e fracassada? (Mitsuchi, 2018, p. 278).

Pode-se notar que Carolina representa as pessoas que estão na mazela da sociedade brasileira, pessoas que não possuem voz, pessoas que tiveram os seus direitos violados, os pobres, os favelados, os famintos. Famintos por igualdade, direitos e principalmente justiça. Carolina não recebeu a devida notoriedade, uma escritora injustiçada, as suas palavras estão vivas e ecoam por justiça a mulheres pretas que continuam na favela, com fome e na pobreza.

2.2 A LUTA SILENCIOSA DAS MULHERES PRETAS: RESISTÊNCIA E RECONHECIMENTO EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

A vida da mulher preta na sociedade brasileira engloba uma história injustiçada e com diversas problemáticas políticas e sociais. O Brasil possui um longo histórico envolvido com a quebra de direitos principalmente da população preta, que, no seu início, com a invasão dos portugueses no território, as mulheres vieram escravizadas e forçadas a trabalharem em prol da população branca, servindo-as nos seus diversos contextos, o que as obrigou a deixar para trás as suas vivências, culturas e famílias (Silva; Chai, 2018).

Logo, a mulher preta nesse contexto é relacionada à prestação de serviços domésticos na casa grande. Além disso, vale destacar que essas mulheres também eram objeto sexual dos senhores da casa grande, ou seja, os seus corpos eram submetidos à violência, principalmente a sexual (Silva; Chai, 2018). Figueiredo escreve que:

Desde as mucamas até as cozinheiras e amas de leite, presentes na vida doméstica da sede, todas as mulheres negras eram vulneráveis à violência sexual do homem branco, porque, dentro do casamento as condutas impostas pela moral conservadora e pela igreja limitavam a vida íntima e conjugal das mulheres brancas de família. Então, à mulher negra cabia com frequência o papel de satisfazer o seu dono, a iniciação sexual do “senhorzinho” e quando não, explorada por outros escravos e terceiros como uma “negra de ganho”, seja pela exploração de seus dotes de quitanda com a venda de quitutes no comércio de rua ou por meio da prostituição (Figueiredo *et al.*, 2013, p.11 *apud* Silva; Chai, 2018, p. 991).

O lugar de subalternidade colocado a essa mulher é presente atualmente, além de as condições de violência estarem vivas diariamente em suas vidas. Romper esse ciclo desumano é um percurso que envolve diversas políticas sociais. Entretanto, a sociedade brasileira, com os seus discursos de democracia racial e pelo fato de a sua construção histórica beneficiar determinados grupos e submeter outros às condições de violência e quebra de direitos, dificulta o processo de justiça e integralidade da qualidade de vida a essas mulheres. Ou seja, não permite o devido reconhecimento e as coloca em lugares subalternos (Njeri; Ribeiro, 2019). Com base nisso, Njeri e Ribeiro (2019, p. 601) escrevem que: “O ventre do mundo é africano! O ventre do mundo é regido por matriarcas. A mulher preta tem o sangue da vida, que rege o seu Ara (terra sagrada)”.

O psiquiatra Jurandir Freire Costa, no seu livro *Ordem médica e norma familiar* (1979), traduz a história brasileira, bem como os seus efeitos no corpo da mulher preta. As mulheres tinham o dever de servir à família e gerar crianças saudáveis. Logo, as mulheres tinham que obter características físicas que a sociedade considerava saudáveis e, até mesmo, a partir destas traziam consigo sinais de inferioridade e degradação social. Em uma das suas escritas, ele diz que “[...] A cor e a textura da sua pele exprimiam os signos elitistas que os senhores buscavam exibir. Num período em que a cor da pele distinguia [...] dominantes e dominados [...]” (p. 118). Pode-se observar o controle social exercido sobre esse corpo. Tanto as suas funções como a sua aparência física distinguiram os lugares sociais destas mulheres. Havia também uma diferenciação entre as mulheres brancas e pretas naquela época. A diferença histórica nas lutas das mulheres pretas e brancas, evidenciando que, enquanto as mulheres brancas buscavam direitos políticos e sociais, as mulheres pretas enfrentavam o desafio de serem reconhecidas como humanas, refletindo a interseccionalidade das opressões de raça e gênero, como cita Djamila no seu livro:

[...] a situação da mulher negra era radicalmente diferente da situação da mulher branca. Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas. (2018, n.p, grifo nosso)

Ademais, as mulheres escravas dessa época foram conduzidas por preceitos higienistas, em tese, eram caracterizadas como estúpidas, grosseiras, além de conterem doenças como sífilis e a diátese escrofulose. Essas mulheres ainda foram responsabilizadas como destruidoras de lares, pois eram responsáveis pela infelicidade e até mesmo pela morte dos filhos dos donos da casa grande. Ainda, os homens agora passam a vê-las como um corpo que transmite doenças e degeneração da prole (Costa, 1979).

A mulher preta, desde a história brasileira, sempre presenciou o estado degradante de ter os seus direitos violados. Os seus corpos tornaram-se um modelo social subalterno, as suas condições obtiveram um percurso indigno e, quando associadas às condições de pobreza, essa problemática se agrava.

A filósofa Djamila Ribeiro, no seu livro “Quem tem medo do feminismo negro?” (2018), apresenta a situação da mulher preta na sociedade brasileira. O seu corpo é culturalmente sexualizado ou é colocado como uma empregada doméstica que cuida da família. Relata também sobre como tratamos o racismo amplamente, bem como a necessidade de tratar esse público em específico: a mulher preta. Com isso, escreve:

Algumas pessoas pensam que ser racista é somente matar, destratar com gravidade uma pessoa negra. Racismo é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele. Portanto, fingir-se de bom moço e não ouvir o que as mulheres negras estão dizendo para corroborar com o lugar que o racismo e o machismo criaram para a mulher negra é ser racista. (Ribeiro, 2018, n.p.).

Quando essa mulher preta se empodera e ocupa um bom lugar social, incomoda e manifesta toda a sociedade racista e misógina. Nesses casos, é muito comum ouvir “Essa negra se acha” ou “Quem essa negra pensa que é?” (Ribeiro, 2018, n.p.). Esse cenário reflete o que ocorreu com Carolina Maria de Jesus, uma mulher preta, semialfabetizada e pobre, que ousou dar voz às injustiças sociais por meio da sua escrita. A sua obra Quarto de Despejo (2014) não apenas revelou as condições desumanas das favelas, mas também incomodou uma sociedade que não estava preparada para ouvir as verdades de uma mulher preta e marginalizada.

Dessa forma, assim como Carolina incomodou ao ocupar um lugar de fala, é necessário promover uma mudança numa sociedade dominada por homens, enfrentando a naturalização das relações de poder entre gêneros e lutando pelos privilégios que essas relações destinam aos homens. É preciso buscar pelo direito à autonomia das escolhas, do corpo e da sexualidade (Ribeiro, 2018).

2.3 A POBREZA ALÉM DA RENDA: UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL

Segundo Yazbek (2012 *apud* Ammann, 2014), a pobreza é vista como uma manifestação que envolve questões sociais e reflete diretamente as relações vigentes na sociedade. Essa questão está situada no contexto de um desenvolvimento capitalista que se manifesta na desigualdade, no qual o acúmulo de riqueza coexiste com a miséria. Os pobres são considerados produtos dessas relações que criam e perpetuam desigualdade em diversas esferas: social, política, econômica e cultural, definem um lugar específico para esses indivíduos na

sociedade. Esse lugar é marcado pela desqualificação baseada nas suas crenças, modos de expressão e comportamentos sociais, considerados como "características negativas" devido à sua classe social e condição econômica.

A desigualdade, portanto, não se manifesta apenas nas condições econômicas, sociais e políticas, mas também se reflete profundamente nos valores culturais das classes subordinadas e dos seus interlocutores na vida social. Esses valores culturais contribuem para perpetuar as distinções sociais e reforçam a marginalização, evidenciam como a desigualdade está enraizada em diversos aspectos da convivência e interação humana (Yazbek, 2012 *apud* Ammann, 2014).

Conforme destacado por Silva, *et al.* (2016), houve um aumento em relação às críticas referente à aplicação de perspectivas unidimensionais no estudo da pobreza, especialmente na década de 1970, levando alguns estudiosos a explorar abordagens alternativas, visando reintegrar dimensões não apenas monetárias, mas também sociais e políticas. Com base nisso, esse movimento se fortaleceu, promoveu o enfoque multidimensional da pobreza, embora a abordagem unidimensional ainda prevalecesse. No estudo da pobreza sob uma perspectiva multidimensional, duas abordagens têm se sobressaído: a abordagem das necessidades essenciais e a abordagem das habilidades.

Além disso, Silva *et al.* (2016) afirmam que a pobreza representa a forma mais severa de privação, caracterizada pela falta de oportunidades para uma vida digna, justificando a necessidade de uma abordagem multidimensional. Essa perspectiva é considerada benéfica, pois abrange amplamente as diferentes facetas da privação, sendo essencial e significativa.

Dentre algumas pesquisas econômicas já realizadas, Silva *et al.* (2016), por exemplo, abordam a pobreza como um conceito de forma multidimensional. Frequentemente, a pobreza é caracterizada pela associação de privações ou pela ausência de diversos atributos, sejam eles monetários ou não. Com base nisso, destaca-se a importância crucial de examinar a questão da pobreza no Brasil não apenas sob uma perspectiva tradicionalmente estreita, mas também ampliando as investigações voltadas para a satisfação das necessidades básicas. Isso contribui substancialmente para enriquecer a definição da pobreza como um fenômeno multidimensional. Essa discussão teve origem na década de 1980, graças às contribuições do renomado economista Amartya Sen.

Silva *et al.* (2016) defendem que a concepção do conceito de pobreza tem mudado de forma significativa ao longo das últimas três décadas ou mais desde Sen. Hoje em dia, existem instrumentos para reconhecer e localizar os indivíduos que integram esse conjunto, permitindo descrever as suas características e mensurar o grau de pobreza em diferentes níveis de agregação. Contudo, mesmo depois de todos os progressos metodológicos na avaliação da pobreza, ainda existem diversas questões conceituais que necessitam ser explicadas e compreendidas.

Em suma, com base nos autores citados, o conceito de pobreza vai além da falta de recursos monetários, abrangendo desigualdades sociais, políticas e culturais que marginalizam grupos na sociedade. Amartya Sen propõe uma abordagem multidimensional que enfatiza não apenas a renda, mas também as necessidades básicas para uma vida digna.

2.4 A INTERSECCIONALIDADE ENTRE RACISMO, GÊNERO E POBREZA: IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES PRETAS

O Brasil carrega ao longo da sua história um longo período de escravidão da população preta e indígena. No que tange à população preta, essa sofreu com a desvalorização dos seus aspectos culturais e físicos, que eram utilizados como justificativa para a dominação da população branca. O racismo era explícito, além de ser produzido pelas normas sociais da época (Oliveira; Kubiak, 2019).

O racismo é algo estrutural e integra diversos contextos, como políticos, econômicos e sociais. Esse fenômeno “[...] é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (Almeida, n. p., 2019). A conjuntura social e histórica de uma sociedade caracteriza o racismo, nomeando e impactando determinados grupos. Por exemplo, no período iluminista, momento de grandes descobertas científicas e distanciamento da igreja para a explicação de diversos fenômenos, é preconizada a ideia de que a pele “não branca” em conjunto com o clima tropical favorece o surgimento de comportamentos imorais e violentos. Por causa disso, era indicado não realizar a “mistura de raças”, já que o futuro mestiço tendia a ser degenerado. Essa ideia obteve grande prestígio na sociedade, ganhando repercussão nos meios políticos e, principalmente, acadêmicos (Almeida, 2019).

Essa ideologia reverbera também aos gêneros, afirmando ideias de homens e mulheres pretas, os quais são colocados em determinados locais e funções. As mulheres são consideradas pouco qualificadas devido a um sistema econômico, jurídico e político que as desqualifica e as coloca em lugares de subalternidade, mantendo-as com baixos salários e à margem de violências. O racismo no campo econômico é articulado a diversos privilégios para determinados grupos e desvantagens a outros, por exemplo, a tributação. No Brasil, o tributo é retido pelo salário e consumo, impactando principalmente os pobres assalariados, e não pelo patrimônio e renda, que impactaria os mais ricos. Com isso, a carga tributária torna-se um fator de empobrecimento das pessoas pretas e pobres e, principalmente, das mulheres, pois são as que recebem os menores salários e pagam consequentemente os maiores tributos comparados aos homens pretos e brancos (Almeida, 2019).

Baseado nisso, a situação das mulheres pretas na sociedade brasileira é marcada pela exposição diária ao assédio e violência, são empurradas para os trabalhos considerados improdutivos, porém essenciais, como babá e doméstica, além disso, recebem os mais baixos salários (Almeida, 2019).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2024) publicou no mês de julho a agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, principalmente no que tange à primeira diretriz: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Nessa publicação, o Instituto demonstra um aumento gradual da situação de pobreza em mulheres comparado aos homens. No gráfico, de 2012 a 2022 (último ano da pesquisa), as mulheres sempre ocupam um nível superior comparados aos homens. Logo, em relação à raça, as pessoas pretas estão extremamente acima (mais presentes nas situações de pobreza) comparadas às pessoas brancas. Com base na pesquisa, pode-se verificar que, no Brasil, o público primordial que se estabelece nas condições de pobreza são as mulheres pretas.

O dinheiro na sociedade capitalista tornou-se uma forma de essas mulheres ocuparem um espaço mais digno na sociedade, com acesso a uma melhor qualidade de vida, com produtos e serviços ao seu dispor. Entretanto, as formas para

alcançá-lo foram submetidas a trabalhos degradantes, acometendo as suas vidas (Carvalho; Santos, 2021). Com base nisso, os autores relatam a história de Márcia, uma mãe solo que, na época de casada, com o seu marido desempregado, necessitou de dinheiro para sustentar a sua família. Diante disso, realizou uma publicação no Facebook com a seguinte escrita: '[...] "eu lavo, passo, cozinho" [...]' (Carvalho; Santos, 2021, p. 192). Os autores ainda dizem que Márcia, apesar de não saber o quanto iria ganhar, aceitaria qualquer trabalho para colocar dinheiro em casa.

Lélia Gonzalez escreve que as jovens pretas são atualmente vistas de duas formas: A "profissional", que se refere à doméstica e à mulata. A profissão de "mulata" é exercida por jovens que, devido ao processo intenso de alienação, são submetidas à exposição dos seus corpos para o prazer da burguesia. São manipuladas para serem objetos sexuais. São respostas da interpretação: "Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar" (Gonzales, 2020, n.p.). Esse tipo de manipulação e exploração sexual é encontrado em muitas jovens pretas de origem humilde que necessitam de dinheiro e utilizam esse meio como forma desesperada de sair do ciclo da pobreza, historicamente construído para elas (Gonzalez, 2020). Lélia ainda escreve que:

Em uma pesquisa recente realizada com mulheres negras de baixa renda (1983), constatou-se que poucas eram as entrevistadas que haviam começado a trabalhar na idade adulta. A grande maioria começou por volta dos oito ou nove anos de idade nas "casas de família" (isto é, como empregadas domésticas), especialmente no caso das filhas mais velhas. E isso significava abandonar a escola. Uma das mulheres que entrevistei, Maria, relatou as dificuldades de uma menina negra pobre, de pai desconhecido, confrontada com o sistema de ensino unidimensional (isto é, eurocêntrico), centrado em valores que não os dela. Quando falou das dificuldades no aprendizado, Maria também criticou a atitude dos professores (autoritários e colonialistas), que já de saída desprezavam a pobreza e a negritude em favor das práticas e métodos de "conhecimento par excellence": aqueles da classe, raça e sexo dominantes (Gonzalez, 2020, n.p.).

A exploração da mulher preta na sociedade é um fenômeno histórico, porém ainda presente atualmente. A manipulação social e todo o sistema político e econômico acometem negativamente a vida dessas mulheres. Logo, o sistema e a estrutura econômica do país favorecem para as mulheres pretas estarem em situação de vulnerabilidade, com poucas alternativas para sair desse ciclo, levando-as a recorrer a outras maneiras de existência, sem a sua vontade, para conseguirem condições básicas para viver (Gonzalez, 2020).

2.5 A PSICOLOGIA E O DESAFIO SOCIAL: CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA INTEGRADA PARA O COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO

A história da psicologia para com as pessoas em situação de pobreza é de descaso, com base no assistencialismo e clientelismo. Inicialmente, essa ciência não era voltada para a garantia dos direitos humanos, obteve muita influência das políticas neoliberal e do período ditatorial. Por consequência, ainda é presente o senso comum da psicologia apenas no fazer clínico individual, sem interferência nos contextos sociais e políticos e os seus impactos na saúde mental (Chaud; Pereira; Hess, 2024).

Lima e Lima (2020) destacam os impactos profundos da íntima correlação entre objetividade e subjetividade no que se refere ao sofrimento psíquico-social causado pela pobreza. A escassez de recursos cria uma realidade visível em diversas situações, como o abandono escolar, a fome e a necessidade de renunciar a outras necessidades básicas para poder adquirir alimentos. Esses são aspectos objetivos e mensuráveis da pobreza, que podem ser observados. No entanto, a dimensão subjetiva desse fenômeno é significativa e complexa. As memórias, emoções e sentimentos evocados por essas condições de privação são profundos e refletem a experiência psíquica individual em sofrimento. A solução para esse problema não reside apenas no reconhecimento dos aspectos objetivos da pobreza, mas também na consideração da dimensão subjetiva.

Alguns autores destacam a necessidade de uma abordagem integral que considere tanto as intervenções materiais quanto o apoio psicológico, dada a complexidade desse fenômeno. Como afirmado por Fonseca (2010, p. 138 *apud* Costa, 2020, p. 7), "a solução viria por meio da responsabilização do Estado e da sociedade sobre a urgência de o pobre ter direito a uma assistência à sua 'mente', tanto quanto ter direito a uma cirurgia."

Com a Constituição Federal de 1988, o estado passa a tornar-se responsável pela qualidade de vida da população, bem como o acesso à saúde. A psicologia torna-se uma ciência voltada para o social e também com as suas problemáticas, incluindo a pobreza. O Sistema Único de Saúde (SUS) tornou-se a porta de entrada dessa ciência para a população em situação de vulnerabilidade, pois vale destacar que ele hoje é o principal meio de acesso a esse público (Chaud; Pereira; Hess, 2024).

No setor público, a população preta ainda sofre com a acessibilidade, bem como o próprio atendimento. Na sua pesquisa, Maria Palmira da Silva (2009) cita que:

Apesar de não dizer que são hostilizados nos serviços de saúde, um número importante [...], principalmente no grupo constituído pela cor/raça parda, preta e indígena, concorda que já foi atendido sem ser olhados durante o atendimento médico. Além disso, [...] enquanto 93% das pessoas brancas dizem que nunca foram discriminadas por causa da cor ao tratar da saúde, estes índices caem para 91% no caso dos representantes da camada parda, não ultrapassando os 89% quando se trata da cor/raça preta e indígena, igualmente (Maria Palmira da Silva, 2009, *apud* Silva e Chai, 2018, p. 1000).

Na sua pesquisa, Cobo, Cruz e Dick (2021) afirmaram que as mulheres tendem a obter os piores estados de saúde. Além disso, em relação à raça, as pessoas pretas e pardas referem os piores estados de saúde em comparação às pessoas brancas. Logo, as mulheres pretas e pardas foram o público que menos avaliou a saúde como boa ou muito boa. Para esse resultado, as questões de gênero precisam ser consideradas, uma vez que o papel social e histórico conferido às mulheres corrobora para uma precarização biológica, psicológica e emocional.

O racismo e o sexismo são fenômenos que afetam profundamente a vida dessas mulheres e influenciam a formulação das políticas públicas brasileiras, resultando na dificuldade de acesso a esses direitos de forma adequada. Silva e Chai (2018) citam algumas alternativas para corromper essa problemática social, as quais se destacam: O treinamento e a capacitação dos profissionais de saúde para o manejo com esse público, a contratação de profissionais pretos no atendimento público de saúde. Além disso, é necessária a melhoria nos Centros de Atendimento Psicossocial, ampliando a sua disponibilidade para mais próximo do público em atendimento dessa rede.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica, na qual se problematiza a situação de mulheres pretas em situação de pobreza e em contextos de vulnerabilidade social, valendo-se de uma análise de artigos e livros pertinentes ao tema. Esse tipo de pesquisa é baseado em material já preparado, composto principalmente por livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica auxilia o investigador a obter informações mais amplas comparadas àquelas que poderiam pesquisar diretamente, ademais, essa forma de pesquisa é fundamental para a busca dos estudos históricos (Gil, 2002).

Essas análises tiveram como caminho a correlação com as vivências de Carolina Maria de Jesus, primordialmente com as escritas do seu livro *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* (2014). Nesse sentido, busca-se relacionar as vivências da autora com a saúde mental de mulheres pretas em contextos de pobreza, situação que impacta negativamente a qualidade de vida dessas mulheres.

As bibliografias compreendem principalmente os livros de Djamila Ribeiro, “Quem tem medo do feminismo negro?” (2018) e de Lélia Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020). O foco deste estudo é dar lugar de fala às mulheres pretas, uma vez que isso permite uma análise mais autêntica e profunda do sofrimento vivido por esse grupo, conforme enfatizado por Ribeiro (2018).

Falar sobre questões de raça atualmente é barrar uma estrutura social que negligencia esse assunto. O medo da pessoa branca em ouvir o preto traduz-se nas premissas freudianas de repressão, ou seja, afastar algo da sua consciência, protegendo-o, assim, de lidar com o “outro”. Quando o branco lida com a realidade e obtém conhecimento, dizem não saber, e principalmente não serem convencidos disso. Isso tudo está no processo de repressão, deixando essas verdades esquecidas e longe (Ribeiro, 2017). Valendo-se disso, e corrompendo essa dialética, o caminho central deste trabalho é traçado pela psicanálise extramuros.

A Psicanálise Extramuros possui como premissa a compreensão e escuta da população, dando voz às suas angústias para expandir a aplicação da psicanálise a outros contextos. Essa forma de estudo reflete sobre uma psicanálise para além da individualidade da clínica e institucional. Nesse sentido, propõe-se o entrelaçar de uma revisão da literatura com a escuta de Carolina Maria de Jesus. Ademais, Rezende *et al.* (2020) relatam que essa abordagem entende que [...] num mundo onde reverbera angústia e desamparo, a escuta analítica se faz essencial, dar voz aos desvalidos e às invisibilidades sociais da contemporaneidade [...] (n. p.). Carolina, ao descrever as suas vivências, traduz os seus sofrimentos, as suas palavras transmitem a dor de um público, mulheres pretas, que estão sofrendo por racismo, sexismo, principalmente por uma necropolítica. Com isso, Rezende (2020) descreve que o ato de tornar em palavras essas angústias é o primeiro passo para a escuta da dor do sujeito.

Logo, a pesquisa, ao longo da sua estruturação, buscou analisar a complexidade da situação das mulheres pretas no Brasil, utilizando Carolina Maria de Jesus como um exemplo significativo para entender a realidade social e histórica desse grupo. Com base na sua obra e na vivência de Carolina, foi possível traçar um paralelo entre a pobreza e os impactos na saúde mental das mulheres pretas, refletindo sobre como essas dimensões são interligadas e se perpetuam ao longo do tempo.

A definição de pobreza proposta por Amartya Sen (Silva; Bruno; Silva, 2020), ao considerar a multidimensionalidade do fenômeno, ofereceu um suporte teórico importante para compreender a exclusão social de maneira mais ampla. Esse conceito evidenciou-se fundamental para a análise dos efeitos que a pobreza tem sobre a vida das mulheres pretas, não se limitando à privação material, mas também aos aspectos sociais, culturais e psicológicos que a envolvem.

Além disso, a reflexão sobre o papel da psicologia nesse contexto é crucial, pois essa ciência tem uma responsabilidade central na promoção de mudanças significativas. Ao focar na importância de práticas que considerem as múltiplas facetas do sofrimento social e psicológico, a psicologia pode oferecer um suporte mais humanizado e eficaz. Isso, com uma abordagem interdisciplinar que envolva políticas públicas e ações sociais, vitais para mitigar as consequências da pobreza e as suas repercussões na saúde mental das mulheres pretas, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Essa análise, portanto, destaca a urgência de políticas públicas que reconheçam e atendam às necessidades dessas mulheres de maneira integral, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também a busca por uma saúde mental digna e o reconhecimento da identidade e da cultura das mulheres pretas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir de 1950, no Brasil, ocorreu um processo de crescimento da classe média brasileira. Entretanto, em termos relativos, em relação à população preta, isso indicou o agravamento da sua inserção no mercado de trabalho. Assim sendo, com essa exclusão no processo de desenvolvimento, ficou submetida à condição de marginalidade, pobreza, fome e, principalmente, ao desamparo social e político (Gonzalez, 2020).

Segundo Fonseca (2013), o dinheiro, como objeto fálico, agora passa a significar um sentido de poder, o qual, algumas pessoas têm sobre as outras, mas também sobre o caráter bom ou ruim delas. O dinheiro torna-se sinônimo de prestígio e inteligência. Carolina descreve uma situação de mulheres humilhando-se ao seu patrão para ganhar pedaços de bolachas: “Que dilema triste para quem presencia. As pobres querendo ganhar. E o rico não queria dar. Ele dá só os pedaços de bolacha. [...]” (Jesus, 2014, n. p.). Quando se ressalta o poder que o dinheiro estabelece nas relações sociais, aquele que mais detém financeiramente do mesmo usurpa tanto a dignidade das pessoas em situação de pobreza quanto a própria humanidade, fazendo-as humilharem-se para ganhar um mísero pedaço de bolacha.

A relação entre o preconceito social e as práticas de discriminação voltadas ao público pobre está presente na sociedade brasileira, dessa forma, inferioriza e constrói estigmas depreciativos e negativos. No Brasil, há uma identidade social estigmatizada das pessoas pobres atribuídas de forma depreciativa e perversa, relacionadas a um estado de fracasso e degradação. Ademais, há presente também um conceito estereotipado das causas da pobreza, colocando o indivíduo como o único culpado pela situação, assim sendo, são retirados o contexto social e o poder público para a explicação (Moura Jr.; Sarriera, 2016).

Compreende-se que há, então, uma série de papéis sociais ligados a essa identidade social estigmatizada de pobre, como vagabundo, sujo, criminoso, culpado pela sua situação, conformado, religioso e causador de mazelas sociais (Moura Jr.; Sarriera, 2016).

Carolina, no seu diário, descreve o preconceito vivenciado pelos moradores da favela e o ódio perpetuado por esse público. “[...] Percebo seus olhares de ódio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. [...]” (Sic) (Jesus, 2014, n.p.). Nesse sentido, o preconceito pode gerar situações de desigualdade social, violência e discriminação. Essas situações incluem atos de humilhação, que colocam a pessoa pobre em um patamar inferior, submetendo-a a uma exposição pública vexatória. Além disso, esse fato, em conjunto com os aspectos da pobreza, fomenta os sentimentos de vergonha, gerando, assim, o isolamento da sociedade, fazendo com que esses indivíduos não acessem as políticas públicas, pois não se sentem capazes de buscá-las (Moura Jr.; Sarriera, 2016).

Fonseca (2013) menciona que, embora algumas pessoas possam se desenvolver e ter uma vida digna com apoio, ainda são poucas aquelas que conseguem realmente sair do contexto de pobreza. Entretanto, muitos não conseguirão por se sentirem injustiçados e miseráveis no meio social. Assim sendo, precisarão para sempre do amparo do Estado, pois os diferentes degraus da “pobreza material anunciam que milhões de brasileiros se sentem desadaptados e incapazes de garantir a própria existência” (Fonseca, 2013, p. 115).

Dessa forma, Carolina, em uma conversa com a Dona Angelina, conta sobre um sonho que teve. Ela narra que sonhou que havia comprado um terreno lindo no litoral. Dona Angelina responde que os pobres, apenas nos sonhos, conseguem comprar terrenos, “[...] D. Angelina, que me disse a verdade. O povo brasileiro só é feliz quando está dormindo.” (Jesus, 2014, n.p.). Nesse sentido, relacionando aos estudos de Fonseca (2013), essa realidade - a pobreza - muitas vezes é vista como um fator único na vida, ou seja, não há possibilidade de sair desse contexto.

A pobreza expressa-se de diferentes maneiras, principalmente em relação ao gênero. Entender os lugares históricos ocupados pelas mulheres na sociedade é primordial para a compreensão dele e a sua incidência nas mulheres. Além disso, as mulheres estão mais sujeitas à depressão e, devido às construções sociais e aos papéis de gênero na sociedade, essa problemática cresce ainda mais (Nepomuceno; Ximenes, 2019).

Em uma pesquisa realizada com mulheres rurais, Nepomuceno e Ximenes (2019) obtêm como objetivo entender as expressões do sofrimento psíquico destas. Assim sendo, os estudos demonstram que 45,5% (N=217) da amostra total apresenta prevalência para os Transtornos Mentais Comuns. Ainda, os autores identificam como fatores que justificam a produção dessa realidade o lugar social da mulher, a pobreza, a violência e, principalmente, a sobrecarga no trabalho, a qual foi a principal queixa das mulheres entrevistadas. Vale destacar também que uma pesquisa realizada por Savi (Nepomuceno; Ximenes, 2019), com mulheres moradoras de comunidades urbanas, demonstra semelhanças entre os contextos e queixas relacionadas.

Carolina Maria, no seu diário, escreve que, para os filhos não passarem fome, enfrenta qualquer espécie de trabalho. Além disso, diz sobre a realidade da comunidade, na qual muitas mulheres encontram-se em situação de violência, comparando-as a escravas indianas. “A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos

quebra as tábuas do barracão [...]” (sic) (Jesus, 2014, n. p.). A sobrecarga de trabalho é uma realidade na vida da comunidade e, por consequência, implica na saúde mental dessas mulheres que são muitas vezes as únicas provedoras do lar, além de quando obter um matrimônio estarem possivelmente sujeitas à violência doméstica. A mãe solo foi uma realidade presente na vida de Carolina e implicou nas suas vivências. “Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar” (Jesus, 2014, n. p.).

A condição de pobreza perpassa a realidade brasileira e pode resultar em diversas questões relacionadas à qualidade de vida, consequentemente, à saúde mental desse público (Nepomuceno e Ximenes, 2019). Além disso, essa problemática agrava-se quando relacionada à mulher preta, mãe solo e moradora de favela, como o caso de Carolina. No seu diário, um capítulo datado no dia 16 de junho, Carolina escreve com tamanho sofrimento a sua situação:

[...] Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo? (JESUS, 2014, n.p., grifo nosso).

Ao longo da história brasileira, a mulher preta teve os seus direitos negligenciados e obteve uma trajetória de lutas e sofrimentos. O sexismo e o racismo, presentes na vida dessas mulheres, marcam a qualidade das vidas e culminam na construção de estereótipos. Entre estes está a mulher preta que luta pelos seus direitos, denominada “barraqueira” ou a mulher preta submissa que é dona de casa, considerada a rainha do lar. Entretanto, é somente rainha do lar, pois as suas atividades são consideradas desqualificadas e sem remuneração. Nesse sentido, ao refletir sobre a saúde mental dessas mulheres, as quais estão mais suscetíveis a produzir transtornos mentais, devido a todas as problemáticas sociais que os seus corpos estão expostos, é possível afirmar que elas estão carecendo de políticas capazes de assegurar os seus direitos na sociedade brasileira (Silva; Chai, 2018).

Por fim, como destacou o psiquiatra italiano Franco Basaglia, “A saúde mental é um direito, não um privilégio” (CENAT, s.d.). Esse princípio reforça a urgência de garantir o acesso universal à saúde mental, especialmente para mulheres pretas em situação de pobreza, que enfrentam múltiplas formas de vulnerabilidade. Para isso, é fundamental que profissionais da saúde, instituições e a sociedade em geral promovam políticas públicas inclusivas, desafiando as barreiras sociais e econômicas que limitam o acesso a cuidados adequados e sensíveis às especificidades desse público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, propomos uma visão multidimensional da pobreza que possibilita a problematização e o desenvolvimento de estratégias mais abrangentes e eficazes para a melhoria da qualidade de vida da população, com um foco especial nas mulheres pretas. Esse enfoque envolve não apenas a mitigação dos efeitos imediatos da pobreza, como a fome e a falta de moradia adequada, mas também na implementação de programas que promovam acesso equitativo à educação de qualidade, oportunidades de emprego dignas e sistemas de saúde mental acessíveis.

Além disso, é crucial destacar as especificidades enfrentadas por grupos historicamente excluídos, como as mulheres pretas. A condição dessas mulheres na sociedade é marcada por estereótipos que limitam ainda mais as suas oportunidades e posições, tanto na esfera social quanto no mercado de trabalho. Esses estereótipos podem restringir o seu acesso a oportunidades de emprego, que representam muitas vezes uma das poucas alternativas viáveis para superar a condição de pobreza (Gonzalez, 2020).

Silva e Chai (2018) enfatizam sobre os desafios específicos enfrentados pelas mulheres pretas em relação à saúde mental, destaca-se a urgência de uma abordagem integrativa e sensível às suas necessidades. Fatores como baixo nível educacional, restrições econômicas e discriminação no mercado de trabalho exacerbam os transtornos mentais nesse grupo. Portanto, é fundamental uma intervenção psicológica e política direcionada que reconheça esses desafios e promova políticas públicas que garantam o acesso igualitário aos serviços de saúde mental.

Em suma, a interseção entre pobreza e saúde mental demanda uma abordagem comprometida com a justiça social. Reconhecer e enfrentar profundamente as raízes das desigualdades é essencial para aspirar a uma sociedade mais justa. O papel do psicólogo, portanto, transcende o ambiente do consultório particular, engloba um compromisso ativo na transformação das realidades sociais que perpetuam o sofrimento psicológico.

Por fim, pode-se salientar a relevância da obra de Carolina Maria de Jesus, que apresenta no livro "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada" (2014), um relato impactante da sua vida como mulher preta, escritora e moradora da favela, evidenciando a interseção entre miséria e saúde mental. Carolina quebra paradigmas sociais ao descrever os obstáculos que enfrentou, reflete a situação das mulheres pretas e dos pobres no Brasil. A sua obra representa a voz daqueles que vivem à margem da sociedade, clamam por equidade, direitos, saúde mental e justiça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMMANN, Safira Bezerra. **Expressões da pobreza no Brasil: análise a partir das desigualdades regionais**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CARVALHO, Mônica; SANTOS, Winnie. A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social. **Revista Fim do Mundo**, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, n.º 4, jan/abr 2021.

CHAUD, Laís Paganelli; PEREIRA, Bruna de Barros Alves; HESS, Francini Vargas. Ensaio sobre o papel da Psicologia no trato do peso neoliberal na pobreza: A Importância da Politização no Processo de Formação em Psicologia. **Revista Plural**, Florianópolis, Ano 5, n.º 7, P. 5-11, fevereiro 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética profissional do psicólogo. Brasília, agosto de 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.

COBO, B.; CRUZ, C.; DICK, P. C.. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, p. 4021-4032, set. 2021.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e Norma Familiar**. v. n.º 5. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Disponível em: https://virtual.unifebe.edu.br/avea/pluginfile.php/367699/mod_resource/content/0/Ordem%20Medica%20e%20Norma%20Familiar_Jurandir%20Costa.PDF. Acesso em: 18 jun. 2024.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da. A Questão Social na Psicologia Social: Uma Revisão da Literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209277>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/kMtmqK9B6jBdFf4j4qWStHG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2024.

DANTAS, C. M. B.; OLIVEIRA, I. F. DE.; YAMAMOTO, O. H.. Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 104–111, jan. 2010.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A.. PARA ALÉM DA RENDA. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. e319205, 2016.

FILGUEIRAS, Mariana. Evento no IMS apresenta as origens de Carolina Maria de Jesus: Autora de 'Quarto de despejo: diário de uma favelada' é lida em escolas até hoje. **O Globo Cultura**, Rio de Janeiro, 11 mar. 2017. Disponível em: Evento no IMS apresenta as origens de Carolina Maria de Jesus - Jornal O Globo. Acesso em: 16 jun. 2024.

FONSECA, Valéria Wanda da Silva. Das relações entre o empobrecimento psíquico e o empobrecimento material. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 40, p. 113-117, dez. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 maio 2024.

GALVÃO, Andréia Márcia de Castro. CAROLINA MARIA DE JESUS: SUA ESCRITA, SUA VIDA. Fênix - **Revista de História e Estudos Culturais**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/472>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa Gil**. - 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, M. A. Um mundo feito de papel: sofrimento e estetização da vida (os diários de Carolina Maria de Jesus). **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 21–47, jul. 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030**: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Brasília: Ipea, 2024. 19 p. (Cadernos ODS, 1). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS1>. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14124/1/Agenda_2030_ODS_1_Acabar_com_a_pobreza_em_todas_suas_formas.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

JESUS, Maria Carolina de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LIMA, Priscila Melo Ribeiro; LIMA, Sostenes Cezar de. Psicanálise Crítica: A Escuta do Sofrimento Psíquico e suas Implicações Sociopolíticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e190256, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190256>. Disponível em: [scielo.br/j/pcp/a/trCzXvD9CTYZ4q4xfs5XKgj/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/pcp/a/trCzXvD9CTYZ4q4xfs5XKgj/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 23 jun. 2024.

MITSUUCHI, Jéssica Tomiko Araújo. Contextos, reflexões e análises: Carolina Maria de Jesus e o Quarto de Despejo. **Revista Vernáculo n.º41** – primeiro semestre /2018 ISSN 2317-4021 255. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328074226.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MOURA JR., J. F.; SARRIERA, J. C.. Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: Caminhos possíveis. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F.. (Org.). Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e Resistências. 1 ed. Fortaleza: **Expressão Gráfica e Editoria**, 2016, v. 1, p. 263-288. ISBN 978-85-420-0821-0.

MUSATTI-BRAGA, Ana Paula. **Os muitos nomes de Silvana**: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras. 2015. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo 2015.

NEPOMUCENO, B. B.; XIMENES, V. M. Apoio social e saúde mental em mulheres em contextos de pobreza no Brasil. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 208–218, 2019. DOI: 10.30849/rip/ijp.v53i2.1059. Disponível em: <https://www.journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/1059>. Acesso em: 15 jun. 2024.

NJERI, Aza; RIBEIRO, Katiúscia. Mulherismo Africana: Práticas na Diáspora Brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v19.n2.09>. Acesso em: 20 jun. 2024.

OLIVEIRA, B. M. C.; KUBIAK, F.. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 122, p. 939–948, jul. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

REZENDE, Camila Ferreira Vieira de; TEIXEIRA, Carla Alessandra; BLANCO, Manuela; XAVIER, Milena Gonçalves Schroder; REIS, Rodrigo Ferreira; DACORSO, Stetina Trani de Menezes (Coord); PEREIRA, Taianara Marchiori dos Santos Pereira; REZENDE, Veronica Calderano. **Grupo de Estudos – Psicanálise extramuros: teoria e método numa aplicação da psicanálise a céu aberto**. Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, 2020.

SILVA, Andréa Ferreira da; ARAUJO, Jair Andrade; CAMPELO, Guaracyane Lima; VASCONCELOS, Joyciane Coelho; SILVA, Janaina Cabral da. **Análise da pobreza multidimensional no Brasil**. 2016. Disponível em: http://ufc.br/2016_art_afsilva.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, D. F., & SANTANA, P. R. de S. (2012). Transtornos mentais e pobreza no Brasil: uma revisão sistemática. *Tempus – Actas De Saúde Coletiva*, 6(4), Pág. 175–185. DOI: <https://doi.org/10.18569/tempus.v6i4.1214>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

SILVA, Imaíra Pinheiro de Almeida da; CHAI, Cássius Guimarães. As relações entre Racismo e Sexismo e o Direito à Saúde Mental da Mulher Negra Brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 22, 2018, pp. 987-1006 Universidade Federal do Maranhão Brasil. ISSN: 2178-2865. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321158844050>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVA, J. J. D.; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. D. N.. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 1, p. 138–160, jan. 2020.

VALENTE, Pablo. **10 frases de Franco Basaglia sobre Saúde Mental**. s.d. Disponível em: <https://blog.cenatcursos.com.br/10-frases-de-franco-basaglia-sobre-saude-mental/>. Acesso em: 20 jun. 2024.